

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Acervo IBGE



Batata inglesa foi a 'grande vilã' da alta do indicador

Prévia faz inflação bater a meta do governo

A meta de inflação apresentou uma leve alta segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o IPCA-15 de novembro ficou em 0,20%, resultado que faz o acumulado de 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) marcar 4,5%, limite da meta do governo.

Nos 12 meses termi-

nados em outubro, o IPCA-15 registrava 4,94%. Este é o primeiro acumulado de 12 meses dentro da meta desde janeiro de 2025, quando também estava em 4,5%. Em abril, o ponto mais alto desde então, chegou a 5,49%. A meta do governo é de 3% ao ano com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, indo no máximo a 4,5%.

Transportes

No grupo dos transportes, a principal influência para aumento dos preços ficou com as passagens aéreas, que subiram 11,87%. Dessa forma, de todos os 377 produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, o bilhete de avião foi o subitem que mais forçou para cima o IPCA-15.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O anúncio da redução foi feito pela Petrobras

Queda no preço da gasolina favoreceu o índice

Os combustíveis tiveram queda no mês (-0,46%). A gasolina, produto que mais pesa na cesta de consumo dos brasileiros, recuou 0,48%. Sendo o subitem que mais ajudou a segurar o IPCA-15 (impacto de -0,02 ponto percentual), ao lado do leite longa vida, arroz e energia elétrica residencial.

A alta do grupo ali-

mentação e bebidas interrompe uma sequência de cinco meses seguidos de queda.

No entanto, especificamente a alimentação no domicílio recuou 0,15%. Essa é o sexto recuo seguido desse item. Em 12 meses, apresenta alta de 3,61%, abaixo do IPCA-15 geral, segundo levantamento do IBGE.

Impactos

Os principais impactos para esse resultado no preço da alimentação: leite longa vida: -3,29%; arroz: -3,10%; frutas: -1,60%.

Metodologia

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de meta de inflação do governo.

A diferença está no período de coleta de preços e na abrangência geográfica.

Coletas

O IPCA-15 coleta preços em 11 localidades, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, Belo Horizonte, do Recife, de São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia. O IPCA, em 16: Vitória, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju.

Subiram

batata inglesa: 11,47%; óleo de soja: 4,29%; carnes: 0,68%.

Prévias

Na prévia, a pesquisa é feita e divulgada antes de acabar o mês de referência. No atual, o período de coleta foi de 14 de outubro a 13 de novembro. Ambos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 mínimos.

Lula sanciona isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil

Lei dá desconto para quem ganha de R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Por Martha Imenes

Os trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil por mês e aqueles que estão na faixa de R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350 poderão respirar aliviados no próximo ano na hora de prestar contas com o Leão. Isso porque o presidente Lula sancionou a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e o aumento da taxação para altas rendas. A medida começa a valer a partir de janeiro do ano que vem e deve beneficiar mais de 15 milhões de brasileiros. Sendo 10 milhões com a isenção e os demais com a mudança nos descontos aprovada por unanimidade pelo Congresso. Atualmente, a isenção do IR alcança apenas quem ganha até dois salários mínimos.

Em discurso sobre justiça social e combate à desigualdade, Lula destacou que não existe "sociedade igualitária", mas que é preciso governar para aqueles que precisam do Estado. Ele reafirmou que o crescimento econômico do país tem por base o consumo da população.

"A economia não cresce por



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a lei que amplia a faixa de isenção do IR

conta do tamanho da conta bancária de ninguém, a economia cresce por conta do consumo que a sociedade pode ter a partir dos alimentos", disse.

"E o rico não fica mais pobre. Se o pobre consome mais, o rico vai ficar mais rico. O rico vai vender mais carne, mais roupa, vai vender mais carro. É isso que as pessoas

precisam compreender para se fazer economia", acrescentou o presidente Lula.

Distribuição

Lula repetiu uma frase recorrente em seus discursos, - a de que "muito dinheiro na mão de poucos significa miséria, mas pouco dinheiro na mão de muitos significa distribuição de riqueza".

"Se você pegar R\$ 10 milhões e der para uma pessoa, aquele dinheiro vai virar uma conta bancária e ele vai viver de juros. Pega esses R\$ 10 milhões e divide para mil pessoas; aquele dinheiro vai virar alimento, roupa, caderno, vai virar alguma coisa que faz a economia circular e é isso que faz a economia crescer", explicou.

Dez milhões deixarão de pagar

Dos novos beneficiados, 10 milhões deixarão de pagar o tributo e 5 milhões terão redução no valor devido.

Especialistas afirmam que a lei tem potencial redistributivo, ela aumentará o consumo das famílias, poderá diminuir o endividamento e impactará positivamente no crescimento da economia.

Na prática, a nova isenção

terá impacto na declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2027, ano-base 2026.

Tabela do IR

Não houve, entretanto, uma correção da tabela do IR, apenas a aplicação da isenção e descontos para essas novas faixas de renda. Uma eventual correção de toda a tabela cus-

taria mais de R\$ 100 bilhões por ano, segundo cálculos do governo.

Então, mesmo com a nova lei, quem ganha mais de R\$ 7.350 continuará pagando 27,5% de Imposto de Renda.

Atualmente, a tabela do Imposto de Renda acumula defasagem média de 154,67% de 1996 a 2024, segundo o Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A última correção parcial em todas as faixas de renda ocorreu em 2015.

Desde 2023, o governo tem garantido a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos, mas isso só beneficia a faixa inferior da tabela. No total, a tabela tem cinco alíquotas: de zero, 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%.

Alíquota extra progressiva de até 10%

José Cruz/Agência Brasil



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad

Para compensar a perda de arrecadação, o texto prevê uma alíquota extra progressiva de até 10% para aqueles que recebem mais de R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês), cerca de 140 mil contribuintes. Para quem já paga 10% ou mais, não muda nada.

Hoje, contribuintes pessoas físicas de alta renda recolhem, em média, uma alíquota efetiva de 2,5% de IR sobre seus rendimentos totais, incluindo distribuição de lucros e dividendos. Enquanto isso, trabalhadores em geral pagam, em média, 9% a 11% de IR sobre seus ganhos.

Alguns tipos de rendimentos não entram nessa conta, como ganhos de capital, heranças, doações, rendimentos recebidos acumuladamente, além de aplicações isentas, poupança, aposentadorias por

moléstia grave e indenizações. A lei também define limites para evitar que a soma dos impostos pagos pela empresa e pelo contribuinte ultrapasse percentuais fixados para

empresas financeiras e não financeiras. Caso isso ocorra, haverá restituição na declaração anual.

A nova lei também estabelece a tributação para lucros e

dividendos remetidos para o exterior com alíquota de 10%.

Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que essa é uma lei neutra do ponto de vista fiscal, já que o "andar de cima" vai pagar pela compensação. "Quando se fala em ajuste de conta, todo mundo arrepia e com razão, porque todas as vezes que se fez um ajuste nas contas, se fez no bolso dos mais pobres", disse.

"Desta vez, nós resolvemos fazer diferente. Esse projeto é neutro do ponto de vista fiscal. Mas tudo que nós fizemos para ajustar as contas e que causa certa revolta em algumas pessoas, é que o andar de cima foi convidado a fazer o ajuste. Não foi o andar de baixo", acrescentou Haddad.

Fim da escala 6x1 pode ter transição

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos afirmou que o debate sobre o fim da escala 6x1 vai envolver uma transição para micro e pequenas empresas. Segundo ele, a discussão deverá ser feita no âmbito legislativo no momento da aprovação do texto.

"É difícil a gente antecipar qual é o formato, porque isso demanda cálculos de impacto fiscal. Mas têm caminhos, caminhos que podem ser com estímulo ou desoneração fiscal para os pequenos, ter um grau de compensação", disse.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2025 que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de folga (6x1) foi protocolada na Câmara dos Deputados em fevereiro deste ano. A PEC estabelece a jornada de trabalho de, no máximo, 36 horas semanais e 4 dias de trabalho por semana, mas há outras propostas no Congresso que tratam sobre redução de jornada.

O projeto sofre resistência de setores empresariais que alegam que a medida levaria ao aumento dos custos operacionais das empresas com a contrata-

ção de mais trabalhadores. Para Boulos, o governo e o parlamento têm a compreensão que será necessário construir caminhos para que os pequenos negócios não "fiquem na chuva".

"Nós temos que separar muito bem o que é o grande empresário, a corporação, o banqueiro e o que é o pequeno. Aquele lá que tem uma oficininha, que tem um lugar para comer, que tem um negócio ali com três, com cinco funcionários. Para esse pequeno você tem que ter um modelo de transição para que a sustentabilidade do negócio

não seja prejudicada com fim da escala 6x1", disse.

"Agora, para o grande (empresário), esse consegue seguir (os custos)", acrescentou.

Segundo Boulos, a carga horária imposta afeta milhões de trabalhadores que não tem tempo para o mínimo. "É você, às vezes, ter sua folga num dia de semana em que sua esposa está trabalhando, os seus filhos estão na escola, você não consegue conviver com a sua família, não consegue cuidar da casa, ter um tempo para curtir um lazer, para se formar num curso", exemplificou.